

Enel Green Power Salto Apicás S.A.

CNPJ: 17.832.065/0001-04

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Com relatório dos auditores independentes

Enel Green Power Salto Apiacás S.A.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório da administração.....	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.....	4
Demonstrações financeiras	
Balancos patrimoniais.....	7
Demonstrações do resultado.....	9
Demonstrações do resultado abrangente	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	13

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

Senhores acionistas, a Administração da Enel Green Power Salto Apicás S.A., em cumprimento às suas atribuições e atendendo aos dispositivos legais e contratuais vigentes, apresenta a V.Sas. as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhada do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 2026.

Diretoria executiva

Bruno Riga

Jayme Barg

Vago

Vago

Vago

Cargo

Diretor-Presidente

Diretor de Operação e Manutenção

Diretor Administrativo, Financeiro e de Planejamento e Controle

Diretor de Compras

Diretor de Construção

Relações com investidores

Fábio Romanin

Contadora responsável

Camila Silva de Mello

CRC 1RS083577/O-5



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas e Diretores da
Enel Green Power Salto Apiacás S.A.
Rio de Janeiro - RJ**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Enel Green Power Salto Apiacás S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Enel Green Power Salto Apiacás S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório

da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-2-F-RJ



Alexandre Vinicius Ribeiro de Figueiredo
Contador CRC RJ-092563/O-1

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31.12.2025	31.12.2024
<u>Ativo circulante</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	39.922	48.869
Títulos e valores mobiliários	4	26.960	10.030
Contas a receber de clientes	5	5.493	5.997
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	7	712	715
Outros tributos compensáveis		164	164
Ressarcimento TUSD		3.621	3.473
Compartilhamento de infraestrutura a receber	20	-	1.240
Adiantamento a fornecedores		573	647
Serviços em curso		1	-
Outros créditos		1.058	614
Total do ativo circulante		78.504	71.749
<u>Ativo não circulante</u>			
Cauções e depósitos	6	9.210	8.274
Depósitos vinculados	13	4.704	4.325
Ressarcimento TUSD		4.933	6.977
Imobilizado	8	247.855	253.927
Intangível	9	20.783	21.668
Total do ativo não circulante		287.485	295.171
Total do ativo		365.989	366.920

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31.12.2025	31.12.2024
<u>Passivo circulante</u>			
Fornecedores	10	6.095	15.228
Empréstimos e financiamentos	11	6.757	6.588
Outras obrigações fiscais		775	787
Dividendos a pagar	13	3.263	1.247
Salários, provisões e encargos sociais		194	198
Encargos setoriais		1.814	1.532
Outras obrigações		470	628
Total do passivo circulante		19.368	26.208
<u>Passivo não circulante</u>			
Empréstimos e financiamentos	11	68.162	72.730
Provisões para processos judiciais	12	2	2
Total do passivo não circulante		68.164	72.732
<u>Patrimônio líquido</u>			
Capital social	13	260.607	260.607
Reserva de lucros		17.850	7.373
Total do patrimônio líquido		278.457	267.980
Total do passivo		365.989	366.920

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota	2025	2024
Receita líquida	15	43.573	41.354
Custo	16	(20.506)	(21.195)
Lucro bruto		23.067	20.159
<u>Receitas (despesas) operacionais</u>	16		
Despesas gerais e administrativas		(4.798)	(4.688)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber		(16)	36
Outras receitas operacionais		16	17
Total despesas operacionais		(4.798)	(4.635)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		18.269	15.524
<u>Resultado financeiro</u>	17		
Receitas financeiras		9.227	6.408
Despesas financeiras		(9.064)	(12.059)
Variações cambiais líquidas		(110)	(1.121)
Total do resultado financeiro		53	(6.772)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		18.322	8.752
<u>Imposto de renda e contribuição social</u>	18		
Imposto de renda e contribuição social correntes		(4.582)	(3.503)
Total dos tributos sobre o lucro		(4.582)	(3.503)
Lucro líquido do exercício		13.740	5.249
Lucro líquido por ação em R\$ - básico e diluído	14	0,0501	0,0191

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	13.740	5.249
Total dos resultados abrangentes do exercício	13.740	5.249

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social		Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
	Capital subscrito	(-) Capital a integralizar	Reserva legal	Reserva para reforço de capital de giro		
Saldo em 31 de dezembro de 2023	274.421	(13.814)	221	3.150	-	263.978
<u>Resultado abrangente total:</u>						
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	5.249	5.249
<u>Transações com os acionistas</u>						
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	(1.247)	(1.247)
<u>Mutações internas do patrimônio líquido</u>						
Reserva legal	-	-	262	-	(262)	-
Reserva para reforço de capital de giro	-	-	-	3.740	(3.740)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	274.421	(13.814)	483	6.890	-	267.980
<u>Resultado abrangente total:</u>						
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	13.740	13.740
<u>Transações com os acionistas</u>						
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	(3.263)	(3.263)
<u>Mutações internas do patrimônio líquido</u>						
Reserva legal	-	-	688	-	(688)	-
Reserva para reforço de capital de giro	-	-	-	9.789	(9.789)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	274.421	(13.814)	1.171	16.679	-	278.457

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	31.12.2025	31.12.2024
<u>Atividades operacionais</u>		
Lucro líquido do exercício	13.740	5.249
<u>Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais</u>		
Depreciação e amortização	9.017	8.946
Variações cambiais da dívida	2.003	715
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	16	(36)
Provisões para processos judiciais	-	(24)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	6.231	6.659
Custo de transação	247	247
<u>Redução (aumento) dos ativos</u>		
Contas a receber de clientes	488	6.968
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	3	(715)
Outros tributos compensáveis	-	34
Ressarcimento TUSD	1.896	1
Depósitos vinculados	(379)	7.199
Compartilhamento de infraestrutura a receber	1.240	6.765
Adiantamento a fornecedores	74	3
Serviços em curso	(1)	-
Outros créditos	(444)	124
<u>Redução (aumento) dos passivos</u>		
Fornecedores	(9.133)	4.702
Imposto de renda e contribuição social a pagar	1.495	3.479
Outras obrigações fiscais	(12)	(1.669)
Salários, provisões e encargos sociais	(4)	(219)
Encargos setoriais	282	220
Outras obrigações	(158)	135
Pagamento de juros (encargos de dívidas)	(6.233)	(6.696)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(1.495)	(3.496)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	18.873	38.591
<u>Atividades de investimentos</u>		
Adições para ativo imobilizado	(1.994)	(6.014)
Adições para ativo intangível	(66)	(23)
Títulos e valores mobiliários	(16.930)	(10.030)
Cauções e depósitos	(936)	(489)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(19.926)	(16.556)
<u>Atividades de financiamentos</u>		
Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal)	(6.647)	(6.538)
Pagamento de dividendos	(1.247)	(1.050)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	(7.894)	(7.588)
Varição no caixa líquido	(8.947)	14.447
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	48.869	34.422
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	39.922	48.869

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Salto Apicás S.A.

1. Contexto operacional

A Enel Green Power Salto Apicás S.A. (“Companhia”) foi constituída em 26 de janeiro de 2013, com sede na cidade e Estado do Rio de Janeiro, e tem por objeto social a geração de energia elétrica de origem hidráulica, podendo realizar outros serviços afins ou complementares relacionados ao seu objeto social.

A Companhia explora o potencial hidráulico de 45 MW no município de Alta Floresta, Estado do Mato Grosso, que foi objeto do Leilão nº 06/2013-ANEEL, com contrato vigente até 11 de agosto de 2043. Através do despacho ANEEL 4.488 de 16 de setembro de 2016 as unidades geradoras UG1 a UG3, foram liberadas para início da operação comercial.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Base de preparação

2.1.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A Companhia aplicou e divulgou as políticas contábeis materiais, de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela administração da Companhia na sua gestão.

A administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 18 de fevereiro de 2026.

2.1.2 Moeda funcional e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.1.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicada a base diferente de mensuração.

2.2 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 1º de janeiro de 2025

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025 estão evidenciadas a seguir e não resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis materiais atualmente utilizadas pela Companhia:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Salto Apicás S.A.

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para os períodos anuais iniciados em ou após
CPC 02 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - Ausência de conversibilidade	As alterações estabelecem requisitos específicos para avaliar quando uma moeda não é conversível e como estimar a taxa de câmbio a utilizar, assim como as divulgações necessárias.	1º de janeiro de 2025
Resolução CVM Nº 223/2024	Aprova a Orientação Técnica OCPC 10 – Créditos de Carbono, Permissões de Emissões (<i>allowances</i>) e Créditos de Descarbonização (CBIO)	1º de janeiro de 2025

2.3 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025, e ainda não estão em vigentes. A Companhia está avaliando os impactos dessas novas normas, e se aplicável aos negócios da Companhia, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor.

As principais alterações estão descritas a seguir:

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para os períodos anuais iniciados em ou após
CPC 48 - Instrumentos financeiros e CPC 40 - Instrumentos financeiros: Evidenciação - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	De acordo com as alterações, a empresa geralmente desreconhece suas contas a pagar na data de liquidação quando ela usa um sistema de pagamento eletrônico que atende a todos os seguintes critérios: (i) nenhuma capacidade prática de retirar, interromper ou cancelar a instrução de pagamento; (ii) nenhuma capacidade prática de acessar o dinheiro a ser usado para liquidação como resultado da instrução de pagamento; e (iii) o risco de liquidação associado ao sistema de pagamento eletrônico é insignificante.	1º de janeiro de 2026
	Requisitos de classificação e mensuração de Instrumentos Financeiros – incluindo a classificação de ativos financeiros com um recurso vinculado a ESG. As novas alterações ajudarão as empresas a avaliar se os ativos financeiros com características ESG atendem ao critério de pagamentos somente de principal e juros.	1º de janeiro de 2026
<i>Annual Improvements to IFRS Accounting Standards – Volume 11 (o CPC ainda não se pronunciou como será a efetiva adesão ao Volume 11)</i>	Emenda sobre contas a receber pode levar a mudança na política contábil. As alterações do IASB eliminam o conflito entre o IFRS 9 e o IFRS 15 sobre o valor pelo qual um recebível comercial é inicialmente mensurado.	1º de janeiro de 2026
	Outras alterações incluem o desreconhecimento de passivos de arrendamento. Se um passivo de arrendamento for desreconhecido, então o desreconhecimento é contabilizado de acordo com o IFRS 9. Entretanto, quando um passivo de arrendamento é modificado, a modificação é contabilizada de acordo com o IFRS 16 Arrendamentos.	1º de janeiro de 2026
<i>IFRS 7 - Contratos de compra de energia (o CPC ainda não se pronunciou como será a efetiva adesão ao IFRS 7)</i>	As alterações visam ajudar as empresas a reportar melhor os efeitos financeiros dos contratos de eletricidade dependentes da natureza, que frequentemente são estruturados como contratos de compra de energia (PPAs). Esses contratos ajudam as empresas a garantir seu fornecimento de eletricidade a partir de fontes como energia eólica e solar. A quantidade de eletricidade gerada sob esses contratos pode variar com base em fatores incontroláveis, como condições climáticas. Para permitir que as empresas reflitam melhor esses contratos nas demonstrações financeiras, foram realizadas alterações específicas à IFRS 9 Instrumentos Financeiros e à IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações. As alterações incluem: esclarecimento da aplicação dos requisitos de "uso próprio"; permissão da contabilidade de hedge caso	1º de janeiro de 2026

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Salto Apicás S.A.

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para os períodos anuais iniciados em ou após
	esses contratos sejam utilizados como instrumentos de hedge; e o incremento de novos requisitos de divulgação para permitir que os investidores entendam o efeito desses contratos no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa de uma empresa.	
	Demonstração do resultado: Classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias: operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.	
CPC 51 - Apresentação e divulgação das demonstrações financeiras	As medidas de desempenho definidas pela administração são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. Orientações aprimoradas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.	1º de janeiro de 2027

2.4 Aplicação de julgamentos, estimativas e premissas contábeis materiais

As práticas contábeis e estimativas materiais da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas.

A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que poderá levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, estão apresentadas nas notas explicativas.

A seguir estão apresentadas as notas explicativas que contém informações sobre julgamentos e principais premissas realizadas.

Nota 5 – Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa;

Nota 8 – Imobilizado;

Nota 9 – Intangível;

Nota 12 – Provisões para processos judiciais; e

Nota 20 – Instrumentos financeiros.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Salto Apicás S.A.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	31.12.2025	31.12.2024
Caixa e contas correntes bancárias	1.508	899
Aplicações financeiras		
CDB (Aplicações diretas)	7.875	30.505
Operações compromissadas	30.539	17.465
Total	39.922	48.869

Caixa e equivalentes de caixa, incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos por apresentarem risco insignificante de variação no seu valor de mercado.

As aplicações financeiras, representadas principalmente por compromissadas e CDBs, que possuem conversibilidade imediata, insignificante risco de mudança de valor, montante conhecido de caixa no momento do resgate e expectativa de realização em até 90 dias são registradas como equivalentes de caixa. Em 31 de dezembro de 2025, os certificados de depósitos bancários e operações compromissadas foram remunerados em média, a 97% do CDI e 95% do CDI, respectivamente (CDBs e operações compromissadas foram remuneradas, em média, 100,25% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

De acordo com o modelo de negócios da Companhia, os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado pois tem como objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da sua contratação e atualização da taxa CDI mensal.

Redução ao valor recuperável: todo saldo relacionado a caixa e equivalentes de caixa está sujeito à análise de perdas esperadas de acordo com o CPC 48 Instrumentos Financeiros. Os investimentos da Companhia são realizados com base na sua política que determina a diversificação do risco de crédito, centralização de suas transações em instituições de primeira linha e estabelecimento de limites de concentração e critérios de ratings das principais agências de risco (vide nota explicativa nº 20).

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não há expectativa de perda de ativos financeiros nas instituições para os quais a Companhia possui caixa, equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo. Desse modo, não foi registrada nenhuma perda esperada associada a esses ativos.

4. Títulos e valores mobiliários

Os títulos classificados como valor justo por meio do resultado, referem-se aos ativos adquiridos por meio de carteira em fundos de investimento. Estes investimentos financeiros possuem prazos de vencimento superiores a três meses e, em sua maioria, são representados no ativo circulante em função da expectativa de realização ou vencimento no curto prazo.

	31.12.2025	31.12.2024
Fundos de investimentos exclusivos		
Títulos públicos	19.871	8.756
LF - Letra Financeira	7.089	1.274
Total	26.960	10.030

Estes fundos de Investimento são administrados por Asset de primeira linha. Esses fundos são classificados como renda fixa e buscam retorno compatível com o benchmark que é a taxa CDI. Nenhum desses ativos está vencido nem apresenta problemas de recuperação ou redução ao valor recuperável no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2025. As aplicações em fundos de investimento foram remuneradas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Salto Apiacás S.A.

no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, em média, a 99,95% do CDI (100,25% do CDI 31 de dezembro de 2024).

5. Contas a receber

O saldo registrado engloba as contas a receber com venda de energia, registrado pelo valor de custo incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia e deduzidos de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável.

Nota	A vencer	Vencidos			Total	PECLD	31.12.2025
		até 60 dias	de 61 a 90 dias	mais de 360 dias			
Mecanismo de curto prazo - MCP	64	-	-	-	64	-	64
Suprimento - ACR - Ambiente de contratação regulado	4.533	59	118	518	5.228	(553)	4.675
Contas a receber - partes relacionadas	19	754	-	-	754	-	754
Total	5.351	59	118	518	6.046	(553)	5.493

Nota	A vencer	Vencidos		Total	PECLD	31.12.2024
		até 60 dias	mais de 360 dias			
Mecanismo de curto prazo - MCP	871	-	-	871	-	871
Suprimento - ACR - Ambiente de contratação regulado	4.373	2	516	4.891	(537)	4.354
Contas a receber - partes relacionadas	19	620	152	772	-	772
Total	5.864	154	516	6.534	(537)	5.997

O prazo médio de recebimento é de aproximadamente 30 dias, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente à venda.

As transações de energia no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), são realizados no Mercado de Curto Prazo (MCP) e são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência.

Uso de estimativas

Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa (“PECLD”)

As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para todo período útil do ativo financeiro, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência de perda de crédito do Grupo Enel cujo modelo permite adoção de premissas específicas, como por exemplo, aplicação de garantias e determinação e mudança de risco de crédito individual.

São determinados percentuais de perdas esperadas de crédito (“*Expected Credit Losses – ECL*”) desde o reconhecimento inicial do ativo financeiro, através da expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, a Probabilidade de Inadimplência (“*Probability of Default – PD*”), o percentual de perda realizada em decorrência da inadimplência (“*Loss given default – LGD*”) e os percentuais de perda esperada de crédito, ora aplicados, aumentam à medida que os ativos financeiros envelhecem.

A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda e crédito da Companhia e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Salto Apicás S.A.

A Companhia não constitui provisão para perdas esperadas de liquidação duvidosa para recebíveis que são liquidados na CCEE (MCP), em razão das garantias envolvidas nas operações reguladas. Quanto aos saldos a receber de partes relacionadas, por não apresentarem risco de recuperação, nenhuma perda esperada foi registrada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

A movimentação da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

	Contas a receber de clientes
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(573)
Provisões	(34)
Reversões	70
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(537)
Provisões	(16)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(553)

6. Cauções e depósitos

	31.12.2025	31.12.2024
Conta centralizadora	2.978	2.306
Conta reserva do serviço da dívida do BNDES	6.232	5.968
Total	9.210	8.274

O saldo é composto por valores em garantia conforme definido nos contratos de empréstimos e financiamentos destacados abaixo:

- **Conta centralizadora:** conta corrente constituída exclusivamente para a arrecadação dos recursos decorrentes dos direitos cedidos no contrato de financiamento com o BNDES;
- **Conta reserva do serviço da dívida do BNDES:** conta corrente para a qual é transferido o valor necessário para perfazer o saldo integral mínimo de 6 vezes o valor da última prestação do serviço da dívida.

Uma vez que as contas estão atreladas ao empréstimo captado, com data de vencimento em 15 de junho de 2037, a rubrica de cauções e depósitos encontra-se classificada como não circulante no balanço em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

7. Imposto de renda e contribuição social, líquidos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os montantes de imposto de renda e contribuição social a pagar e a compensar estão apresentados de forma líquida entre ativo e passivo. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2025, o saldo líquido é a compensar, conforme quadro a seguir:

	31.12.2025	31.12.2024
<u>Imposto de renda e contribuição social compensáveis</u>		
Imposto de renda	1.356	806
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	571	678
	1.927	1.484
<u>Imposto de renda e contribuição social a pagar</u>		
Imposto de renda	(861)	(534)
Contribuição social	(354)	(235)
	(1.215)	(769)
Total	712	715

8. Imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado da Companhia são apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item do ativo imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O saldo do ativo imobilizado está composto, basicamente, pelo custo de aquisição de máquinas e equipamentos, principalmente por aerogeradores e turbinas que compõem a infraestrutura operacional da Companhia, edificações, obras civis e benfeitorias.

Uso de estimativas

Redução ao valor recuperável

A Companhia monitora de forma contínua as mudanças nos cenários econômico, operacional, regulatório e tecnológico que possam afetar a recuperabilidade de seus ativos, em linha com o disposto no CPC 01 (Redução ao Valor Recuperável de Ativos), o qual requer a avaliação da existência de indícios de perda sempre que houver eventos ou alterações nas circunstâncias que indiquem que o valor contábil de um ativo possa não ser recuperável.

Adicionalmente, a Companhia realiza testes anuais de redução ao valor recuperável para os ativos ou unidades geradoras de caixa, independentemente da existência de indícios de perda.

Com base nos testes realizados em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não foram identificados indicadores de que os ativos da Companhia estivessem registrados por valores superiores aos seus respectivos valores recuperáveis, não tendo sido reconhecidas perdas por *impairment* nesses exercícios.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Salto Apicás S.A.

A seguir é apresentada a movimentação desses ativos:

	31.12.2024	Adições	Depreciação	Transferências	31.12.2025
<u>Imobilizado em serviço</u>					
Terrenos	317	-	-	-	317
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	200.429	-	-	-	200.429
Máquinas e equipamentos	-	-	-	6.879	6.879
Veículos	107	-	-	-	107
Reservatórios, barragens e adutoras	94.089	-	-	1.824	95.913
Linhas de transmissão	20.241	-	-	-	20.241
	315.183	-	-	8.703	323.886
<u>Depreciação acumulada</u>					
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	(42.074)	-	(4.465)	-	(46.539)
Máquinas e equipamentos	-	-	(3.581)	-	(3.581)
Veículos	(104)	-	-	-	(104)
Reservatórios, barragens e adutoras	(23.535)	-	(20)	-	(23.555)
Linhas de transmissão	(5.119)	-	-	-	(5.119)
	(70.832)	-	(8.066)	-	(78.898)
<u>Imobilizado em curso</u>					
Máquinas e equipamentos	9.576	1.994	-	(8.703)	2.867
	9.576	1.994	-	(8.703)	2.867
Total	253.927	1.994	(8.066)	-	247.855

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Salto Apicás S.A.

	31.12.2023	Adições	Depreciação	Transferências	31.12.2024
<u>Imobilizado em serviço</u>					
Terrenos	317	-	-	-	317
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	200.429	-	-	-	200.429
Veículos	107	-	-	-	107
Reservatórios, barragens e adutoras	94.054	-	-	35	94.089
Linhas de transmissão	20.241	-	-	-	20.241
	315.148	-	-	35	315.183
<u>Depreciação acumulada</u>					
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	(37.608)	-	(4.466)	-	(42.074)
Veículos	(104)	-	-	-	(104)
Reservatórios, barragens e adutoras	(20.643)	-	(2.892)	-	(23.535)
Linhas de transmissão	(4.480)	-	(639)	-	(5.119)
	(62.835)	-	(7.997)	-	(70.832)
<u>Imobilizado em curso</u>					
Máquinas e equipamentos	3.597	6.014	-	(35)	9.576
	3.597	6.014	-	(35)	9.576
Total	255.910	6.014	(7.997)	-	253.927

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Salto Apicás S.A.

Depreciação

O valor residual e a vida útil de um ativo são revisados pelo menos ao final de cada exercício. Em 2025, a Companhia conduziu à revisão das vidas úteis dos ativos, não tendo sido identificada a necessidade de alteração das taxas de depreciação anteriormente adotadas. Em 2024, a Companhia revisou o desmembramento de ativos da tecnologia hidráulica, considerando a experiência da Companhia com ativos semelhantes e com auxílio de uma consultoria técnica, empresa especializada no setor elétrico, bem como revisou as classificações dos ativos conforme as taxas de depreciação, em conformidade ao Manual de Contabilidade Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE) da ANEEL.

As principais taxas de depreciação que refletem a vida útil dos ativos imobilizados, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

Elétricos	% (ano)
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	2,50%
Máquinas e equipamentos	1,33%
Veículos	20,00%
Reservatórios, barragens e adutoras	4,17%

9. Intangível

A Companhia reconhece como ativo intangível o direito de operar a usina de geração de energia elétrica durante o período da outorga.

O ativo intangível é demonstrado ao custo de aquisição e/ou de construção, incluindo a margem de construção. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil regulatória nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão. A amortização é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil regulatória estimada.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Fazenda S.A.

Uso de estimativas

A Companhia avalia anualmente eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Caso exista um indicador de perda de valor recuperável, o teste é realizado anualmente no fim de cada exercício social ou sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O valor recuperável do ativo é definido como sendo o maior entre o valor de uso e o valor justo menos custo para venda.

Com base nos testes realizados em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não foram identificados indicadores de que os ativos da Companhia estivessem registrados por valores superiores aos seus respectivos valores recuperáveis, não tendo sido reconhecidas perdas por *impairment* nesses exercícios.

A composição do saldo de ativos intangíveis é como segue:

	Em serviço		31.12.2025	31.12.2024
	Custo	Amortização acumulada	Total	Total
Direito de uso da concessão	28.184	(7.479)	20.705	21.612
Custo incremental	86	(8)	78	56
Total	28.270	(7.487)	20.783	21.668

A movimentação do intangível está demonstrada a seguir:

	31.12.2024	Adições	Amortização	31.12.2025
<u>Intangível em serviço</u>				
Direito de uso da concessão	28.143	42	-	28.185
Custo incremental	61	24	-	85
	28.204	66	-	28.270
<u>Amortização acumulada</u>				
Direito de uso da concessão	(6.531)	-	(948)	(7.479)
Custo incremental	(5)	-	(3)	(8)
	(6.536)	-	(951)	(7.487)
Total	21.668	66	(951)	20.783

	31.12.2023	Adições	Amortização	31.12.2024
<u>Intangível em serviço</u>				
Direito de uso da concessão	28.143	-	-	28.143
Custo incremental	38	23	-	61
	28.181	23	-	28.204
<u>Amortização acumulada</u>				
Direito de uso da concessão	(5.585)	-	(946)	(6.531)
Custo incremental	(2)	-	(3)	(5)
	(5.587)	-	(949)	(6.536)
Total	22.594	23	(949)	21.668

As principais taxas de amortização que refletem a vida útil dos ativos intangíveis, são as seguintes:

Administração	% (ano)
Direito de uso da concessão	6,25%
Custo incremental	4,00%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Fazenda S.A.

10. Fornecedores

A Companhia utiliza o método de custo amortizado para reconhecimento e mensuração dos saldos de fornecedores.

	Nota	31.12.2025	31.12.2024
Compra de energia		885	1.511
Compra de energia - partes relacionadas	19	1.096	230
Encargo de uso da rede		159	145
		2.140	1.886
Materiais e serviços		3.304	4.933
Materiais e serviços - partes relacionadas	19	651	8.409
		3.955	13.342
Total		6.095	15.228

Conforme demonstrado na nota explicativa nº 19, a redução significativa do saldo a pagar, deve-se a pagamento de faturas de suporte operacional com a Enel S.p.A..

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Salto Apicás S.A.

11. Empréstimos e financiamentos

Os saldos de empréstimos e financiamentos são registrados pelo custo amortizado.

11.1 Os saldos de empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

	Circulante			Não circulante		31.12.2025 Total circulante + não circulante	Circulante			Não circulante		31.12.2024 Total circulante + não circulante
	Principal	Encargos	Total	Principal	Total		Principal	Encargos	Total	Principal	Total	
Moeda nacional												
BNDES	6.492	265	6.757	68.162	68.162	74.919	6.325	263	6.588	72.730	72.730	79.318
Total	6.492	265	6.757	68.162	68.162	74.919	6.325	263	6.588	72.730	72.730	79.318

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Salto Apicás S.A.

A movimentação da dívida é como segue:

	Moeda Nacional		Total
	Circulante	Não circulante	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	6.569	78.362	84.931
Encargos provisionados	6.659	-	6.659
Encargos pagos	(6.696)	-	(6.696)
Variação monetária	715	-	715
Transferências	5.632	(5.632)	-
Pagamentos / amortizações	(6.538)	-	(6.538)
Amortização custos de transação	247	-	247
Saldo em 31 de dezembro de 2024	6.588	72.730	79.318
Encargos provisionados	6.231	-	6.231
Encargos pagos	(6.233)	-	(6.233)
Variação monetária	2.003	-	2.003
Transferências	4.568	(4.568)	-
Pagamentos / amortizações	(6.647)	-	(6.647)
Amortização custos de transação	247	-	247
Saldo em 31 de dezembro de 2025	6.757	68.162	74.919

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Salto Apicás S.A.

11.2 As principais características dos contratos de empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:

(a) Empréstimos e financiamentos obtidos em exercícios anteriores e vigentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2025:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a. (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Finalidade	Garantia
BNDES	856	27/04/23	15/06/37	TJLP	Mensal	Mensal	CAPEX	Sem garantia
BNDES	97.316	29/12/16	15/06/37	TJLP+2,02%	Mensal	Mensal	CAPEX	Conta reserva, fiança bancária, Aval EGP Brasil, Penhora de ações

A curva de amortização da dívida não circulante se apresenta da seguinte forma:

	2027	2028	2029	2030	Após 2030	Total não circulante
Empréstimos e financiamentos	6.738	6.738	6.738	6.738	43.799	70.751
Custo a amortizar	(247)	(247)	(247)	(247)	(1.601)	(2.589)
Total	6.491	6.491	6.491	6.491	42.198	68.162

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Salto Apicás S.A.

Garantias:

Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações, o contrato conta com as seguintes garantias:

- A controladora direta Enel Brasil S.A. como interveniente;
- Penhor das ações da interveniente Enel Brasil S.A.;
- Cessão fiduciária de direitos creditórios, via constituição de contas reserva.

Cláusulas restritivas (Covenants)

ICSD - Índice de cobertura do serviço da dívida

Contrato	Obrigações especiais financeiras	Limite	Periodicidade de apuração dos índices
BNDES	ICSD - Geração de Caixa / Serviço da Dívida	1,20	Anual
I.	Geração de caixa para fins de cálculo dessa obrigação refere-se a (+) EBITDA do ano de referência, conforme item (iii); (-) Despesa de imposto de renda e contribuição social apurados no exercício, líquidos de diferimentos.		
II.	Serviço da dívida refere-se ao somatório de 12 meses de pagamentos de amortização de principal e juros realizados no ano de referência, exceto os referentes ao subcrédito social.		
III.	EBITDA do ano de referência refere-se ao (+/-) lucro/prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido; (+/-) resultado financeiro líquido negativo/positivo; (+/-) resultado com equivalência patrimonial negativo/positivo; (+) depreciações e amortizações; (+/-) perdas (desvalorização) por impairment / reversões de perdas anteriores; (+/-) prejuízo/lucro na alienação de imobilizado, investimentos ou intangível.		

Em 31 de dezembro de 2025, o ICSD atendeu as condições do índice mínimo requerido. Em 2024 o BNDES dispensou a companhia da obrigação de apurar e informar o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida do referido ano.

12. Provisão para processos judiciais

Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente (formalizada ou não formalizada) como resultado de evento passado, é provável que será necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação, e possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Uso de estimativas

A avaliação da probabilidade de perda por parte dos assessores jurídicos da Companhia inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. O cálculo dos montantes provisionados é realizado com base em valores estimados e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos, responsáveis pelos processos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de seus consultores legais, foram provisionados todos os processos judiciais cuja probabilidade de perda foi estimada como provável.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Salto Apicás S.A.

12.1 Contingência com risco provável

As provisões para processos judiciais e outros e respectivos depósitos judiciais estão compostas da seguinte forma:

	31.12.2023	Adição	Reversão	31.12.2024
Trabalhistas	1	1	-	2
Cíveis	25	-	(25)	-
Total	26	1	(25)	2

Em 2025, não houve movimentação das contingências com risco provável, permanecendo o saldo de R\$ 2 referente as causas trabalhistas.

12.1.1 Trabalhistas

Refere-se a reclamações trabalhistas ajuizadas por empregados próprios e um parceiro que pleitearam ou danos morais, reintegração (doença laboral), adicional de insalubridade e multa do art. 477 e verbas contratuais.

12.2 Contingência com risco possível

A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por esse motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos internos e externos da Companhia. O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

	31.12.2025	31.12.2024
Trabalhistas	1.040	883
Fiscais	28.761	27.085
Total	29.801	27.968

12.2.2 Fiscais

A Companhia discute ISS supostamente devido com os municípios de Alta Floresta e Juara pelos serviços prestados na construção do Complexo Hidrelétrico Apicás no Estado do Mato Grosso. Nas ações judiciais discute-se para qual município o imposto deveria ser recolhido, considerando a localização do complexo e a correta base de cálculo do ISS que deveria ser excluir os materiais aplicados na obra. O valor atualizado em 31 de dezembro de 2025 é R\$ 25.417 (R\$ 23.094 em 31 dezembro de 2024).

Além destes processos, a Companhia ainda discute temas de ICMS cujo valor atualizado em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 3.344 (R\$ 3.991 em 31 dezembro de 2024).

12.3 Depósitos vinculados

A Companhia possui alguns depósitos vinculados às ações judiciais, os quais estão apresentados a seguir:

	31.12.2025	31.12.2024
Trabalhistas	383	345
Fiscais	4.321	3.980
Total	4.704	4.325

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Salto Apicás S.A.

13. Patrimônio líquido

13.1 Capital social

O capital social é de R\$ 274.421 em 31 de dezembro 2025 e 2024, parcialmente integralizado em contas e sem valor nominal, com a composição acionária a seguir:

	31.12.2025		31.12.2024	
	Quantidade de ações	% de participação no capital	Quantidade de ações	% de participação no capital
Enel Brasil S.A.	274.420.832	100,00%	274.420.832	100,00%
Total	274.420.832	100,00%	274.420.832	100,00%

13.2 Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social corrigido anualmente.

13.3 Reserva de reforço de capital de giro

O lucro remanescente (após destinações à reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios), ressalvada deliberação em contrário da Assembleia Geral, será destinado à formação de reserva de reforço de capital de giro, cujo total não poderá exceder o valor do capital subscrito, conforme os termos do artigo 21 do estatuto social da Companhia.

13.4 Destinação do resultado

O contrato social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários e/ou intercalares.

	31.12.2025	31.12.2024
Lucro líquido do exercício	13.740	5.249
(-) Reserva legal	(688)	(262)
Lucro líquido do exercício ajustado	13.052	4.987
Dividendo mínimo obrigatório	(3.263)	(1.247)
Reserva para reforço de capital de giro	(9.789)	(3.740)
Total	-	-

Aprovação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Em 29 de abril de 2025, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária, a destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a constituição de reserva legal no montante de R\$ 262, distribuição aos acionistas o montante de R\$ 1.247 na forma de dividendos mínimos obrigatórios e R\$ 3.740 como alocação para reserva para reforço de capital de giro.

13.5 Dividendos

A movimentação dos dividendos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 se encontra detalhada a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Salto Apicás S.A.

	31.12.2025	31.12.2024
Saldo inicial	1.247	1.050
Efeito não caixa		
Dividendo mínimo obrigatório	3.263	1.247
Efeito caixa		
Dividendos pagos	(1.247)	(1.050)
Saldo final	3.263	1.247

14. Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação básico e diluído utilizando a quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41. O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. O lucro básico por ação equivale ao lucro por ação diluído, haja vista que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações.

A tabela a seguir apresenta o lucro básico/diluído por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	Nota	2025	2024
Lucro líquido do exercício		13.740	5.249
Número de ações	13	274.420.832	274.420.832
Resultado - básico e diluído por ação (em Reais - R\$)		0,0501	0,0191

15. Receita líquida

As receitas são reconhecidas pela Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (“CPC 47”). A norma estabelece o modelo para reconhecimento de receitas originadas de contratos com clientes, composto por cinco passos, cujos valores devem refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente.

A Companhia reconhece suas receitas quando uma obrigação de performance é satisfeita, sendo considerado o valor que se espera receber em troca da transferência de bens ou serviços. As receitas são reconhecidas à medida que for provável o recebimento da contraprestação financeira em troca bens ou serviços ora transferidos, considerando também, a capacidade e intenção de seus clientes em cumprir com os pagamentos determinados em contrato.

	Nota	2025	2024
Suprimento de energia elétrica	15.1	39.262	37.554
Suprimento de energia elétrica - partes relacionadas	15.1 e 19	6.379	5.429
Mercado de curto prazo	15.2	1.844	1.038
Receita operacional bruta		47.485	44.021
Deduções da receita			
Eficiência energética - P&D, FNDCT e EPE		(436)	(414)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TSEE		(180)	(187)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH		(1.561)	(454)
COFINS		(1.426)	(1.325)
PIS		(309)	(287)
Total deduções da receita		(3.912)	(2.667)
Total		43.573	41.354

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Salto Apicás S.A.

15.1 Receita de venda de energia

As receitas de venda de energia elétrica são reconhecidas no resultado de acordo com as regras estabelecidas através do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade definida em contrato com os clientes. A apuração do volume de energia comercializado ocorre em bases mensais ou conforme estabelecido em cláusulas contratuais. As receitas de suprimentos de energia elétrica incluem também as transações no mercado de curto prazo.

15.2 Mercado de curto prazo

As vendas de energia na Câmara de Comercialização de Energia (“CCEE”) são reconhecidas pelo valor justo da contraprestação a receber quando há um excedente de geração, após a alocação de energia no MRE, denominada (“energia secundária”), liquidada no mercado SPOT (“mercado de curto prazo”) ao valor do Preço de Liquidação das Diferenças (“PLD”) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de energia elétrica.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Salto Apicás S.A.

16. Custos e despesas operacionais (incluindo outras receitas)

						2025
	Nota	Custo	Despesas gerais e administrativas	Perda por redução ao valor recuperável	Outras receitas operacionais	Total
Pessoal		(1.314)	(82)	-	-	(1.396)
Material		(147)	(36)	-	-	(183)
Serviços		(1.622)	(44)	-	-	(1.666)
Serviços - partes relacionadas	19	-	(1.656)	-	-	(1.656)
Energia elétrica comprada para revenda		(2.899)	-	-	-	(2.899)
Energia elétrica comprada para revenda - partes relacionadas	19	(2.506)	-	-	-	(2.506)
Encargos do uso de rede elétrica		(2.059)	-	-	-	(2.059)
Seguros		(1.390)	-	-	-	(1.390)
Depreciação e amortização		(8.569)	(448)	-	-	(9.017)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa		-	-	(16)	-	(16)
Outras receitas (despesas) operacionais		-	(2.532)	-	16	(2.516)
Total		(20.506)	(4.798)	(16)	16	(25.304)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Salto Apicás S.A.

2024

	Nota	Custo	Despesas gerais e administrativas	Perda por redução ao valor recuperável	Outras receitas operacionais	Total
Pessoal		(1.230)	(117)	-	-	(1.347)
Material		(263)	(26)	-	-	(289)
Serviços		(1.449)	(32)	-	-	(1.481)
Serviços - partes relacionadas	19	-	(1.647)	-	-	(1.647)
Energia elétrica comprada para revenda		(6.141)	-	-	-	(6.141)
Energia elétrica comprada para revenda - partes relacionadas	19	(940)	-	-	-	(940)
Encargos do uso de rede elétrica		(1.881)	-	-	-	(1.881)
Seguros		(793)	-	-	-	(793)
Depreciação e amortização		(8.498)	(448)	-	-	(8.946)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa		-	-	36	-	36
Outras receitas (despesas) operacionais		-	(2.418)	-	17	(2.401)
Total		(21.195)	(4.688)	36	17	(25.830)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Salto Apicás S.A.

17. Resultado financeiro

	2025	2024
<u>Receitas financeiras</u>		
Renda de aplicações financeiras	8.842	5.530
Atualização monetária dos depósitos judiciais	379	724
Atualização de créditos tributários	-	9
Outras receitas financeiras	6	145
	9.227	6.408
<u>Despesas financeiras</u>		
Custo de transação	(247)	(247)
Encargos de dívidas	(8.234)	(7.374)
Atualização de impostos e multas	(31)	(3.497)
Cartas de fiança e seguros em garantia	(84)	(691)
Imposto sobre operações financeiras - IOF	(295)	(59)
Outras despesas financeiras	(173)	(191)
	(9.064)	(12.059)
<u>Variações cambiais líquidas</u>		
Outras variações cambiais	(110)	(1.121)
	(110)	(1.121)
Total	53	(6.772)

18. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base na presunção de receitas. A partir da receita bruta, aplica-se 8% e 12%, respectivamente.

Depois de determinados os valores de acordo com estes percentuais, deverão ser adicionadas em sua integralidade às demais receitas para a formação da base de cálculo do lucro presumido.

Sobre a base apurada anteriormente, trimestralmente aplicam-se para o imposto de renda as seguintes alíquotas:

- 15% de Imposto de Renda sobre o total da base de cálculo;
- 10% de adicional sobre a parcela do lucro presumido que exceder a R\$ 60, ou no caso de início ou encerramento de atividades no trimestre, ao limite equivalente ao resultado da multiplicação de R\$ 20 pelo número de meses do período de apuração.

Sobre a base de cálculo apurada anteriormente, para contribuição social, aplica-se a alíquota de 9%.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores, se existente.

O imposto de renda e a contribuição social apurados pela Companhia com base no lucro presumido encontram-se demonstrados como segue:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Salto Apicás S.A.

	2025	2024
Receita de suprimento de energia elétrica	47.485	44.021
Base de cálculo presumida do imposto de renda (8%)	3.799	3.522
Renda de aplicações financeiras	8.842	5.530
Outras receitas	16	-
Variação cambial realizada	16	103
Outras receitas financeiras	369	756
Total base de cálculo do imposto de renda	13.042	9.911
Alíquota do imposto de renda (15%)	(1.957)	(1.486)
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20/mês (10%)	(1.280)	(967)
Total do imposto de renda	(3.237)	(2.453)
Base de cálculo presumida da contribuição social (12%)	5.698	5.283
Renda de aplicações financeiras	8.842	5.530
Outras receitas	16	-
Variação cambial realizada	16	103
Outras receitas financeiras	369	756
Total base de cálculo da contribuição social	14.941	11.672
Alíquota da contribuição social (9%)	(1.345)	(1.050)
Total	(4.582)	(3.503)

19. Transações com partes relacionadas

Os contratos celebrados entre partes relacionadas são submetidos à anuência prévia ou posteriori da ANEEL, de acordo com a Resolução Normativa nº 699/16.

Os saldos a receber de partes relacionadas, não apresentam risco de recuperação. Dessa forma nenhuma perda esperada foi registrada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

A seguir são apresentados os saldos a receber e a pagar, e as receitas e despesas das transações, com efeito líquido por parte relacionada, envolvendo a controladora e demais empresas com controle comum.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Salto Apicás S.A.

19.1 Controladora (Enel Brasil)

A Companhia mantém com sua controladora contrato de fruição de utilidades comuns que prevê o compartilhamento de infraestrutura.

Natureza da operação	Vigência	Nota	31.12.2025	31.12.2024	2025	2024
			Passivo	Passivo	Despesas	Despesas
Dividendos a pagar	Até dezembro de 2026	13	(3.263)	(1.247)	-	-
Compartilhamento de despesas comuns	Até dezembro de 2026		(295)	(1.250)	(1.656)	(1.647)
Contrato de prestação de serviços técnicos administrativos, financeiros e de suporte contábil	Até fevereiro de 2030		(21)	-	(21)	-
Total			(3.579)	(2.497)	(1.677)	(1.647)

19.2 Empresas de controle comum

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Salto Apicás S.A.

Natureza da operação	Vigência	31.12.2025	31.12.2024	2025	2024
		Ativo (passivo)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Compra e venda de energia					
Enel Trading Brasil S.A.	Até agosto de 2043	30	-	(48)	(467)
Enel Distribuição Rio de Janeiro	Até agosto de 2043	222	266	1.964	1.878
Enel Distribuição Ceará	Até agosto de 2043	180	214	1.530	1.463
Enel Green Power Parapanema S.A.	Até agosto de 2043	(795)	(9)	(1.733)	(473)
Enel Distribuição São Paulo	Até agosto de 2043	242	292	2.185	2.088
		(121)	763	3.898	4.489
Suporte operacional					
Enel Green Power S.p.A.	Janeiro de 2018 até agosto de 2043	-	(6.957)	-	-
		-	(6.957)	-	-
Compartilhamento de despesas comuns					
Usina Fotovoltaica Arinos E 11 Ltda.	Até dezembro de 2026	209	229	-	-
Usina Eólica Pedra Pintada A Ltda.	Até dezembro de 2026	207	206	-	-
Enel Green Power Parapanema S.A.	Até dezembro de 2026	(851)	(851)	-	-
Enel Green Power Aroeira 01 S.A.	Até dezembro de 2026	73	73	-	-
Enel Green Power São Gonçalo 14 S.A.	Até dezembro de 2026	532	532	-	-
		170	189	-	-
Total		49	(6.005)	3.898	4.489

Compartilhamento das despesas comuns: O contrato tem por objeto a regulação dos direitos e obrigações das fruitoras em relação à fruição de “Utilidades comuns”, definindo as atribuições de cada uma das partes na execução de tarefas, bem como os critérios de alocação, de modo que sejam distribuídos, de maneira proporcional e racional, os custos e despesas passíveis de compartilhamento, gerando eficiência de escala na administração das atividades a que se dedicam as partes.

Compra e venda de energia: Contratos bilaterais livremente negociados, conforme regras e procedimentos de comercialização específicos, no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”), observando-se os preços e condições usuais de mercado.

Suporte Operacional: Referente a projetos de engenharia, aquisição e construção, sem transferência de tecnologia ou know-how, se dá através de i) prestação de consultoria e aconselhamento sobre questões relativas ao projeto; ii) aconselhamento oral e escrito de peritos das várias categorias de serviços; iii) fornecimento de informações factuais e recomendações que permitem melhorias na implementação do projeto; iv) participação na execução do projeto; v) designação de pessoa responsável pela coordenação do recolhimento e tratamento de informações.

Remuneração dos Administradores

Tendo em vista que os Administradores prestam serviços e são remunerados em demais sociedades do Grupo, tendo seus custos compartilhados, não houve remuneração de Administradores na Companhia em 2025 e 2024.

20. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro

Considerações gerais

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e oportunidades/condições de cobertura no mercado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Salto Apicás S.A.

20.1 Instrumentos financeiros

20.1.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

	Categoria	Nível (a)	31.12.2025		31.12.2024	
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	2	39.922	39.922	48.869	48.869
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado	2	26.960	26.960	10.030	10.030
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	2	5.493	5.493	5.997	5.997
Cauções e depósitos	Custo amortizado	2	9.210	9.210	8.274	8.274
Depósitos vinculados	Custo amortizado	2	4.704	4.704	4.325	4.325
Ressarcimento TUSD	Custo amortizado	2	8.554	8.554	10.450	10.450
Total do ativo			94.843	94.843	87.945	87.945
Passivo						
Fornecedores	Custo amortizado	2	6.095	6.095	15.228	15.228
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	2	74.919	63.437	79.318	62.098
Total do passivo			81.014	81.014	94.546	77.326

(a) Conforme detalhado na nota explicativa 20.2 Hierarquia do valor justo

Uso de estimativas

As aplicações financeiras classificadas como (i) Caixa e equivalente de caixa; e (ii) Títulos e valores mobiliários, são registradas inicialmente pelo seu valor justo e atualizadas por amortização de principal e correção de rendimentos com base na curva da taxa DI apurada no período, conforme definido na contratação. Todas as aplicações da Companhia são vinculadas a índice financeiro pós fixados, portanto não é esperada alteração significativa entre o valor contábil e o valor justo.

As operações de derivativos, quando realizadas, são para proteger o caixa da Companhia. A contratação dos derivativos é realizada com bancos que possuem *investment grade* (escalas locais das principais agências de riscos) com “expertise” necessária para as operações, evitando-se a contratação de derivativos especulativos.

A operação com instrumento derivativo é mensurada por meio de modelo de precificação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. O valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto.

Para as rubricas empréstimos, financiamentos, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

20.2 Hierarquia do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo;
- Nível 2: dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado;
- Nível 3: dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

20.3 Gerenciamento de riscos

A Companhia segue as diretrizes do Sistema de Controle Interno e de Gestão de Riscos (SCIGR) definidas pela Holding Enel S.p.A., que estabelecem as normas para a gestão de riscos, incluindo políticas, procedimentos e sistemas. Essas diretrizes são aplicadas em todos os níveis da Companhia, abrangendo os processos de identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos enfrentados continuamente pelos negócios.

A supervisão desse sistema é realizada pelo Conselho de Administração da Enel SpA, que conta com um comitê de controles e riscos. Esse comitê apoia o conselho na avaliação dos controles internos e do sistema de gestão de riscos, além de auxiliar na aprovação de relatórios financeiros periódicos.

Para a Enel Brasil e suas subsidiárias, existe uma política específica de controle e gestão de riscos, revisada e aprovada anualmente pelo Conselho de Administração. Essa política segue os requisitos locais de gestão de riscos, garantindo aderência às práticas e regulamentações pertinentes.

Adicionalmente, a Companhia possui procedimentos organizacionais que tratam a gestão de riscos de forma abrangente. Esses procedimentos complementam as políticas específicas estabelecidas para riscos em diferentes funções corporativas ou linhas de negócio do grupo. Entre elas, destacam-se: a política de gestão de garantias, a política de controle de risco de commodity, a política de controle de risco de crédito e contraparte, a política de controle de risco financeiro, a política de cobertura (taxa de câmbio e taxa de juros),

e a política de riscos e oportunidade relacionadas às mudanças climáticas, entre outras. Essas políticas incluem limites e indicadores que são monitorados regularmente.

A Companhia também conta com um Comitê de Riscos Local no Brasil, com o objetivo de garantir o envolvimento da alta gestão nas questões de risco significativas. O comitê oferece uma visão integrada da exposição a riscos atuais e futuros, além de assegurar a coordenação entre a unidade de Controle de Riscos (Risk Control Brazil) e as áreas responsáveis pelos processos de negócio relacionados aos riscos. Essa estrutura promove uma cultura em que o risco é considerado em todas as decisões e em todos os níveis da organização.

Por fim, a Companhia utiliza uma taxonomia homogênea de riscos, conhecida como 'catálogo de riscos', também definida pela Enel SpA. Este catálogo contempla seis macrocategorias de risco: financeiros, estratégicos, governança e cultura, tecnologia digital, compliance e operacional, além de 38 subcategorias de risco. Essa estrutura permite uma abordagem uniforme na identificação e gestão dos riscos que podem afetar os objetivos da Companhia.

(a) Estrutura de gerenciamento de riscos

O Grupo Enel possui um comitê global de gerenciamento de riscos que possui as seguintes atribuições: aprovar as políticas de risco propostas pela Holding; aprovar os limites de exposição propostos; autorizar a quebra de limites; definir estratégias de risco mediante a identificação de planos de ação e instrumentos para mitigar riscos e supervisionar a gestão e controle de riscos.

O SCIGR é composto por três linhas de defesa, com o objetivo de garantir uma gestão eficaz e eficiente. Nessa estrutura, as áreas de negócios formam a primeira linha de defesa, as áreas de Controles Internos e de Controle de Riscos atuam como segunda linha, e, finalmente, a Auditoria Interna representa a terceira linha de defesa. Cada linha tem um papel distinto na governança da organização, sendo responsável por informar e manter a alta administração e os diretores atualizados sobre a gestão de riscos. A alta administração é informada pelas primeiras e segundas linhas, enquanto o Conselho de Administração (diretores) recebe as informações das segunda e terceira linhas.

A área de Controle de Riscos segue a norma internacional ISO 31000:2018 (G31000) e adota suas diretrizes para a gestão de riscos. Seu principal objetivo é identificar preventivamente riscos (endógenos e exógenos), analisá-los, avaliá-los e quantificar o impacto e a probabilidade de materialização desses riscos. Além disso, promove o tratamento adequado por meio do suporte às áreas de negócio na definição de ações de mitigação e planos de ação, juntos com seus respectivos proprietários do risco (risk owners), garantindo as boas práticas de governança corporativa e a continuidade do negócio.

Embora o processo de gestão de riscos seja descentralizado, com cada gestor sendo responsável pelos riscos em seus respectivos processos de negócio, a área de Controle de Riscos desempenha um papel essencial no mapeamento e consolidação de riscos. Ela é responsável por integrar as informações de riscos de todas as unidades de negócio, alinhando-se aos princípios de governança de riscos do Grupo Enel e assegurando a manutenção adequada do processo. Essa abordagem facilita a visualização clara e a priorização dos riscos, apoiando a tomada de decisões estratégicas e a implementação de ações de gestão de riscos mais eficazes.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes ou do descumprimento das obrigações contratuais por parte de uma contraparte em um instrumento financeiro.

No caso de transações financeiras, existem políticas que estabelecem regras e limites para realizar operações com contrapartes. Essas políticas levam em consideração, dentre outras variáveis, a classificação de risco de crédito (rating) e valor do patrimônio líquido da contraparte.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Salto Apicás S.A.

O risco é basicamente proveniente de: (i) contas a receber de clientes; e (ii) equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

	Nota	31.12.2025	31.12.2024
Caixa e equivalentes de caixa	3	39.922	48.869
Títulos e valores mobiliários	4	26.960	10.030
Contas a receber de clientes	5	5.493	5.997
Depósitos vinculados	12	4.704	4.325
Total		77.079	69.221

(b.2) Gerenciamento de capital

A Companhia controla sua estrutura de capital de acordo com as condições macroeconômicas, de forma a possibilitar o pagamento de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário. A Companhia também monitora constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira.

A estrutura de capital da Companhia encontra-se demonstrada no quadro a seguir:

	Nota	31.12.2025	31.12.2024
Empréstimos e financiamentos	11	74.919	79.318
Dívida		74.919	79.318
Caixa e equivalentes de caixa	3	(39.922)	(48.869)
Títulos e valores mobiliários	4	(26.960)	(10.030)
Dívida líquida (a)		8.037	20.419
Patrimônio líquido (b)	13	278.457	267.980
Índice de endividamento líquido (a/[a+b])		2,81%	7,08%

(b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a sua reputação.

Considerando os planos de negócios que compreendem os orçamentos anuais ou plurianuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações, a Companhia não identificou riscos sobre a capacidade de quitar as obrigações presentes no passivo circulante em 31 de dezembro de 2025.

O Grupo, por meio da controladora indireta Enel S.p.A. (sediada na Itália), tem feito aportes e investimentos significativos no Brasil. A Companhia conta ainda, caso seja necessário, com o apoio financeiro da Enel S.p.A. que, por meio da *Enel Finance International* (EFI), poderá disponibilizar recursos para financiar investimentos e/ou capital de giro.

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados; (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Salto Apicás S.A.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros da Companhia, que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três a doze meses	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	total
Empréstimos e financiamentos - pós fixados	1.055	2.119	9.338	45.011	62.086	119.609
Total	1.055	2.119	9.338	45.011	62.086	119.609

(b.4) Riscos de mercado

(b.4.1) Risco de taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

Em relação à eventual exposição de ativos e passivos relevantes às variações de mercado (câmbio, taxas de juros e inflação), a Companhia adota como estratégia a diversificação de indexadores e, eventualmente, se utiliza de instrumento financeiros derivativos para fins de proteção, à medida em que se identifique esta necessidade e haja condições de mercado adequadas que o permitam.

Empréstimos, financiamentos e derivativos

	31.12.2025	%	31.12.2024	%
TJLP	74.919	100,00%	79.318	100,00%
Total	74.919	100,00%	79.318	100,00%

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros sobre instrumentos financeiros

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade nos saldos de ativos financeiros e dívidas da Companhia em 31 de dezembro de 2025, estabelecida por meio da projeção das receitas (despesas) financeiras para os próximos 12 meses de acordo com a curva futura dos indicadores divulgada pela B3.

Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração/aumento de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável (índices projetados divulgados pela B3).

Dívidas	31.12.2025	Projeção despesas financeiras - um ano				
		Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
TJLP						
BNDÉS	74.919	4.954	6.617	8.249	9.850	11.422
Total	74.919	4.954	6.617	8.249	9.850	11.422

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Salto Apicás S.A.

20.4 Risco operacional

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros. A Companhia realiza as atividades de operação e manutenção das suas usinas de acordo com as práticas do setor elétrico brasileiro, inclusive realizando sistematicamente as atividades de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos eletromecânicos das instalações bem como o monitoramento das estruturas civis e barragens.

Caso ocorram eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, a Companhia contratou uma cobertura de seguros de operação sobre máquinas, equipamentos e estrutura de obras.